



# CADÊ O PLANO DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 E GARANTIA DE DIREITOS? <sup>1</sup>

Passados mais de 100 dias do início da pandemia do novo coronavírus no Brasil, ainda não foi apresentado um plano de contenção da Covid-19 no país. Oficialmente já são mais de 36 mil mortos e mais de 691 mil pessoas infectadas pelo vírus<sup>2</sup>. O Boletim nº 1 do Observatório Direitos Humanos e Crise Covid-19 discute: cadê o plano?

Não há ineditismo na questão. Em abril, mais de 60 instituições científicas enviaram uma carta para o então ministro da saúde, Nelson Teich, cobrando um plano de ação do Ministério de Saúde de combate à pandemia. A carta salientava a importância do alinhamento com as diretrizes estipuladas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como por exemplo, o distanciamento social como uma das principais ações para conter o aumento do número de vítimas e não sobrecarregar o sistema público de saúde.

O clamor não é apenas da sociedade civil e da comunidade científica. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, também pediu a criação de um plano nacional para o combate ao novo coronavírus. Em [webinário](#) promovido pelo site Jota, Noronha disse ainda que **“não são os políticos que têm que definir quando nós vamos poder abrir a economia, são os técnicos, é o pessoal da saúde que vai dizer. Nós estamos preparados pra morrer dois ou três mil pessoas por dia?”**

O Brasil está com a maior curva ascendente no mundo. De acordo com a plataforma independente de dados do setor de saúde Funcional Health Tech, o pico de contaminação pela Covid-19 ocorrerá em julho, com uma estimativa de 1,78 milhões de casos. Segundo o levantamento, alguns estados continuarão com elevação no número de infecções até 2021.

Para o governo brasileiro, as vidas perdidas para a Covid são “descartáveis”. Por isso, não há esforço para a criação de um plano de ação, o “morrer é normal” de Jair Bolsonaro obedece critérios de raça, gênero e classe e “deixar morrer” é uma das especialidades do Estado brasileiro. Recentemente, o Estadão divulgou uma declaração de Solange Vieira, superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), no qual dizia que a concentração da doença, principalmente na população idosa, poderia ser positiva para melhorar o desempenho econômico do Brasil ao reduzir o rombo nas contas da Previdência. Não há coincidência na ausência de um plano, mas sim intencionalidade. Uma política de morte.

Neste boletim, tratamos as ações que evidenciam a ausência de um plano de proteção e defesa das vidas e apontamos caminhos para adoção de medidas para contenção da pandemia.

1. Para responder “por que precisamos de um plano de ação para o Brasil com garantia de direitos e que caminhos” o Observatório Direitos Humanos e Crise Covid-19 promoveu um debate com a participação de Camila Santos (Gabinete de Crise do Complexo do Alemão), Denise Carreira (Plataforma Dhesca), Gizele Martins (Frente de Mobilização Maré), Gulnar Azevedo (ABRASCO) e Dnamam Tuxá (APIB); e mediação de Natalia Mori (Cfemea). [Assista na íntegra aqui.](#)

2. Dados referentes a 07 de julho de 2020.

# OS IMPACTOS DESIGUAIS DA PANDEMIA

O enfrentamento à pandemia revela, com muita força, a falência de um modelo social, econômico e de bem-estar, especialmente na efetivação de direitos humanos e acesso aos serviços essenciais pelas populações mais vulneráveis. Para a população de menores rendimentos, com baixos indicadores sociais, para as pessoas, em sua maioria mulheres, que estão na linha de frente dos serviços de saúde, e as mais vulneráveis à ação do mercado e do Estado violentador, a ocorrência da pandemia tem agudizado as desigualdades sociais e violações de direitos já existentes.

A intensificação do desmonte das políticas públicas como efeito da implementação da Emenda Constitucional 95/2016, de cortes no orçamento para áreas essenciais, a desorganização administrativa no atual Governo, resultaram em uma estrutura pública extremamente frágil para o enfrentamento da mais grave crise epidemiológica dos últimos anos. No último período tivemos intensos cortes nas políticas voltadas para grupos mais vulneráveis (\*Dados Relatório “O Brasil com baixa imunidade”. INESC. 2020):

- De 2014 até o ano 2019, o constante esforço fiscal da União resultou em cortes de 28,9% nas despesas discricionárias dos programas sociais do País. Só no período entre 2018 e 2019, a queda de orçamento nas áreas sociais chegou a 8,6%.
- Somente na área da saúde, deixaram de ser investidos cerca de R\$ 30 bilhões nos últimos dois anos. Dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde apontam que, entre 2007 e 2019, houve uma redução de oferta de 49 mil leitos de UTI no país, o que afeta diretamente as estratégias de enfrentamento à Covid-19.
- Na educação, foram perdidos R\$ 7 bilhões.
- O orçamento da assistência social caiu 9,2%.
- A execução financeira das políticas para as mulheres vem caindo sistematicamente desde 2014, uma queda real de 75% entre 2014 e 2019.
- Os recursos para a saúde indígena no âmbito do Ministério da Saúde estão minguando, alcançando R\$ 1,5 bilhão em 2019, menor valor dos últimos anos
- O mesmo acontece com o programa de promoção da igualdade racial, cujos recursos gastos no mesmo período diminuíram em 81%.
- O orçamento empenhado em 2019 para a política quilombola, em especial a titulação das áreas - essencial para a permanência na comunidade, foi o menor em toda a história recente da política.

Com respostas governamentais que priorizam “salvar a economia”, em detrimento de salvar vidas (veja abaixo), o Estado Brasileiro tem gerado um custo sobre a vida e a saúde de uma parcela da população, já vulnerável e marginalizada do acesso a bens, serviços e direitos.

Desta forma, a manifestação da pandemia se mostra ainda mais intensa e mais grave para os grupos sociais e população que já são violentados ou ignorados pelo Estado Brasileiro. Com alta densidade populacional, casas muito próximas, falta de saneamento e de oferta de água regularizada, e menos providas de demais serviços públicos - condições essenciais para proteção ao coronavírus, as favelas e cortiços apresentam maior letalidade do que em bairros ricos das grandes cidades.



"Falta um plano que seja adaptado para a realidade de várias pessoas, de muita gente e, inclusive, das favelas. No caso do Complexo do Alemão, o Gabinete de Crise surge nesse momento. A gente escutava muito sobre gabinetes do Poder Público, ouvia as recomendações da Organização Mundial de Saúde, as recomendações de todas as instituições de saúde, como por exemplo, lavar as mãos com água e sabão e, em muitas casas daqui, não terem água. Respeitar o isolamento social em uma casa que é um barraco com um cômodo com 6, 7 crianças, sem ventilação as pessoas não têm condições humanas de respeitar o isolamento social. O Gabinete, então, surge nesse momento para pensar, criar e agir imediatamente em formas adaptáveis para a nossa realidade." Ressalta **Camila Santos**, Gabinete de Crise do Alemão.

Violentados pelo racismo estrutural, pela fragilização da política de atenção especial à população negra e comorbidades mais intensas (como hipertensão, diabetes e anemia falciforme), os casos notificados e óbitos pela Covid-19 são maiores na população negra do que na população branca: 52% dos casos e 58% das mortes por Covid-19 são de pacientes negros, segundo relatório da amfAR publicado no início de maio. Análise da Abrasco também destaca a maior exposição da população negra à doença.

Com maioria dos territórios quilombolas distantes de hospitais e excluída de processos de distribuição de políticas públicas, as comunidades quilombolas denunciam a subnotificação e a ausência do Estado. Em monitoramento próprio, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) identifica 59 óbitos. (\*atualização 05.06)



"O não acesso às políticas públicas é um forte complicador no combate ao novo coronavírus, que requer condições mínimas de higiene, segurança territorial e alimentar", declara **Sandra Maria Andrade**, coordenadora da Conaq.

Mesmo com a ausência de registros de casos da doença entre indígenas urbanos, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) registra 211 óbitos. (\*atualização 05.06)



"Sabemos que os povos indígenas têm uma imunidade mais baixa, historicamente foram dizimados por vírus, e a ausência do Estado se configura fortemente quando não apresenta um plano emergencial, mesmo com as organizações indígenas e apoiadoras apontando inúmeras soluções e caminhos a serem seguidos para amenizar os impactos.

A falta de um plano de contingenciamento para os povos indígenas gerou uma porcentagem muito alta de letalidade. Nós estamos hoje na taxa dos 15% de letalidade, o que é bem acima do cenário nacional, levando em consideração a proporcionalidade das populações indígenas. A média nacional é de 6% de letalidade." **Dinamam Tuxá**, integrante da Apib.

Populações como população em situação de rua, profissionais do sexo, trabalhadoras e trabalhadores de áreas altamente precarizadas, como telemarketing, e profissionais informais, como ambulantes, também manifestam maior vulnerabilidade à doença como consequência das desigualdades estruturais, da ausência de políticas sociais sólidas e permanentes dirigidas a esta população.

# O ESTADO CONTRA A POPULAÇÃO

---

O Estado é o ator responsável por regular a economia, gerir os recursos públicos e os comuns para garantir a vida e a dignidade das cidadãs e cidadãos. É obrigação do Estado assegurar e promover os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais através da elaboração e implementação de leis e políticas públicas. No entanto, estamos testemunhando a violação sistemática dos direitos individuais e coletivos das brasileiras e brasileiros nos últimos anos, com a conivência do Estado em seus três poderes constituídos, e no atual cenário de enfrentamento à pandemia do coronavírus, o Estado tem sido um dos principais agentes violadores.

A omissão do Estado em seu papel de garantir o cumprimento dos direitos não se inicia com a chegada da pandemia ao Brasil e, também por isso, nos colocou em péssimas condições para enfrentá-la. Ao analisarmos a gestão dos recursos públicos e o orçamento federal dos últimos anos, podemos perceber por que o Brasil se encontra neste momento com baixa imunidade para enfrentar a Covid-19, como ressalta o relatório publicado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em abril deste ano.<sup>3</sup>

Se os governos anteriores, democráticos, já violaram os direitos das cidadãs e cidadãos brasileiros com os cortes orçamentários e o desmonte das políticas de seguridade social e enfrentamento às desigualdades, um governo eleito com intensa disseminação de desinformação/fake news, que atua de forma autoritária para garantir os interesses do capital em detrimento do povo brasileiro, confrontando os poderes legislativo e judiciário num tom de constante ameaça a nossa democracia, agrava ainda mais este quadro.

Desde os primeiros indícios do coronavírus no Brasil, o presidente vem adotando uma postura negacionista e de sabotagem do enfrentamento à Covid-19, boicotando o isolamento social na tentativa de garantir os lucros das empresas e corporações, e incentivando o uso de um medicamento que não tem eficácia nem segurança comprovadas. Ao invés de centrar esforços na construção de um plano unificado para conter a propagação do vírus envolvendo estados e municípios, Bolsonaro segue com um Ministro da Saúde interino, depois de trocar o ministro da saúde duas vezes, até encontrar alguém que cumprisse suas ordens - estas amparadas na negação da ciência, como é o caso do uso da cloroquina. Bolsonaro segue confrontando sistematicamente os governos estaduais que estão adotando medidas de contenção do vírus e manutenção do distanciamento social. Além das ações de deslegitimação, o governo impede que os estados garantam as condições para enfrentamento à pandemia. No dia 3 de junho, vetou o dispositivo do PLV 10/2020 aprovado pelo Senado em maio, que previa a transferência dos recursos do Fundo de Reserva Monetária do Banco Central para a conta única da União e destinados integralmente a estados, Distrito Federal e municípios para a aquisição de materiais de prevenção à propagação da Covid-19.

O governo ainda cria sistematicamente um ambiente de desinformação, omissão e caos sobre a gravidade e riscos da pandemia, em evidente violação do direito humano à informação verdadeira, transparente, coerente e baseada em evidências científicas, direito este assegurado em normativas internacionais, como a Convenção Americana de Direitos Humanos e Constituição Federal. Em abril, um coletivo de organizações **protocolou uma denúncia** junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em ação recente, o Ministério da Saúde passou a omitir dados centrais do boletim epidemiológico diário para entendimento da evolução da pandemia e construção de estratégias de enfrentamento à doença, tais como número de mortes em investigação e nos últimos três dias.

---

3. Disponível em <https://www.inesc.org.br/obrasilcombaixaimunidade/>.

Estes são alguns exemplos de que a postura do governo federal é de fato o não enfrentamento à Covid-19. A falta de um plano para conter a propagação do vírus e as mais de 36 mil mortes não são frutos de despreparo, mas uma escolha deliberada. O governo de Jair Bolsonaro tem um plano, e o plano condiz com o quadro atual de mais de uma morte por minuto decorrente da Covid-19. O plano do governo é a necropolítica, nos termos de Achille Mbembe, onde o Estado escolhe quem deve viver e morrer. Ao negar a humanidade de alguns grupos, legitima a violência e a morte dos mesmos. A postura do governo federal em relação à população negra e periférica, indígena e aos Povos e Comunidades Tradicionais, atingidos de modo mais letal pela Covid-19, não é displicência, é genocídio.

O poder legislativo, por sua vez, não está sustentando seu caráter de espaço representativo dos interesses do povo por excelência, e segue a orientação do governo de aproveitar que a população está distraída com a pandemia para aprovar projetos que a prejudicam, ou nos termos do ministro do meio ambiente, “passar a boiada”. Um exemplo foi a Medida Provisória 910, conhecida como MP da grilagem de terras, que foi colocada em pauta no mês de maio, mas devido à forte pressão popular não chegou a ser votada. Outro exemplo é o PL 1142/20, que prevê ações emergenciais para povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais na pandemia de Covid-19, mas também autoriza a permanência de missionários religiosos nas terras indígenas.



"Esse PL insere uma série de jabutis, na linguagem parlamentar, pois estão tentando amenizar os impactos do Coronavírus, mas dentro desse PL querem discutir a entrada de missões evangélicas em terras indígenas. O que não tem nada a colaborar com essa pandemia, pelo contrário, só vai aumentar a vulnerabilidade." **Dinamam Tuxá**, da APIB.

Diante da omissão deliberada do Estado, a sociedade civil organizada é quem está buscando soluções para atender as emergências em diversas áreas, como é o caso do Gabinete de Crise, criado por moradoras e moradores do Complexo do Alemão para enfrentar a propagação da pandemia na favela, e da Frente de Mobilização da Maré, ambas no Rio de Janeiro. Enfrentando tantos desafios na linha de frente do enfrentamento à pandemia, **Gizele Martins**, da Frente de Mobilização da Maré desabafa:



"É a auto organização da favela para a própria sobrevivência, tentando apoiar os postos de saúde que estão sem materiais, as próprias famílias que estão em vulnerabilidade, e aí o governo coloca a gente numa situação muito crítica que não consegue nem receber cesta básica. Vocês não têm noção do quanto isso dói pra gente, até chego a me emocionar em relação a isso, porque eu venho de uma realidade em que eu precisei de cesta básica e ter que escolher quais famílias vão receber comida nesse momento, é cruel. Coloca a gente numa situação de vulnerabilidade, porque a nossa saúde mental não aguenta uma coisa dessas."

Como se não bastasse, o governo estadual do Rio de Janeiro segue com sua política de extermínio da juventude negra, disfarçada de enfrentamento ao tráfico, e além de não contribuir, atrapalha as ações da comunidade organizada ao manter as operações policiais nas favelas durante a pandemia. O assassinato de João Pedro, de 14 anos, que estava dentro de casa, durante uma operação policial no complexo do Salgueiro, chocou o país em meados do mês de maio. As operações policiais estão impedindo os moradores de realizarem as ações solidárias na favela, como ressalta Camila Santos, do Gabinete de Crise do Complexo do Alemão:

«O Estado não chegou para distribuir cestas básicas, mas nos impediu de estar nas ruas distribuindo por conta de operações policiais. Por que não se cria uma lei para, quando houver operação policial, 30% do valor que seria usado para essa operação, seja revertido para ação de cultura ou educação dentro da favela?»

# CAMINHOS POSSÍVEIS

Diante deste cenário em que a ausência de um plano de ação é agravada por ações do Estado que caminham na contramão de medidas urgentes e necessárias, o Observatório reforça mais uma vez que todas as ações para o enfrentamento da crise e da pandemia devem basear-se na garantia dos direitos humanos, assegurados constitucionalmente e reafirmados em pactos e acordos internacionais ratificados pelo Brasil, e em processos democráticos **(leia nosso manifesto)**.

Ameaças autoritárias, desmonte de políticas e serviços públicos, violência de Estado, necropolítica, genocídio da juventude negra e de povos indígenas, agravamento de violências doméstica contra mulheres e crianças em situação de confinamento mostram que o estado de calamidade no Brasil não é só uma questão sanitária -- é também o acirramento das crises por representantes públicos que não estão a altura do seu cargo e do seu povo.

As ações de movimentos sociais, ativistas, de organizações da sociedade civil e coletivos auto-organizados se tornam ainda mais fundamentais neste cenário. As experiências reunidas neste boletim mostram que a atuação da sociedade civil pode fazer a diferença entre viver e morrer em alguns territórios. E que a resistência tem sido fundamental para denunciar a dupla tragédia vivida pela população, uma crise sanitária sem precedentes sendo gerenciada por um governo autoritário.



“Os nossos grupos, os nossos coletivos juvenis, culturais, as nossas associações, os nossos movimentos chegam onde o Estado não chega. Esse Estado super frágil, detonado, racista, genocida. Esses movimentos chegam e estão chegando, buscando caminhos, estimulando a solidariedade, que é fundamental e que fazem a diferença, fazem a fronteira entre a vida e a morte para muitas comunidades, muitas pessoas. Queria aqui destacar a importância da nossa organização, da nossa sociedade civil e mais do que nunca, a gente precisa realmente estar junto, articulado, dialogando, construindo, porque o contexto é extremamente adverso”. Denise Carreira, da Plataforma Dhesca.

Assim, o plano de ação que o Brasil precisa deve se orientar por fortalecer direitos e serviços existentes e seguir os princípios de transparência e acesso a informações públicas, possibilitando a plena participação social tanto nos processos decisórios sobre o desenvolvimento dessas políticas quanto na fiscalização de sua implementação. Iniciativas auto-organizadas, que buscam suprir as lacunas da omissão do Estado, devem ser fortalecidas, e não alvo de violações graves, como as operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro em plena pandemia.

Os impactos da ausência de um plano para preservar a vida da população - sem seletividade, mas considerando a diversidade e as especificidades vividas no país - serão aprofundados nos próximos boletins do Observatório. Os caminhos que já conhecemos, as propostas e ações da sociedade civil para responder a este cenário também serão abordadas. Com monitoramento, informação, fiscalização do poder público e ação conjunta, esperamos contribuir com a construção do plano que o Brasil precisa.

## FICHA TÉCNICA

### Boletim informativo nº 1

Observatório Direitos Humanos e Crise Covid-19

**Elaboração:** Comunicação Observatório Direitos Humanos e Crise Covid-19.

Brasil, junho de 2020.



OBSERVATÓRIO  
DIREITOS HUMANOS  
CRISE COVID-19